

CRUZADAS DO GÊNERO E GRAMÁTICA NEOCONSERVADORA: CENÁRIOS PÓS-ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018

Lídia dos Santos Ferreira de Freitas¹

Eliane Gonçalves²

Resumo: Este artigo é recorte de uma pesquisa mais ampla que analisou repertórios de gênero nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a partir dos textos-proposta disponibilizados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Focamos aqui na agenda ultraconservadora de gênero, sua política paranoide e seu discurso excessivo. Concluímos que a disputa em torno dos sentidos de gênero se tornou central no Brasil nos últimos anos, sobretudo no último pleito, e tal centralidade, ainda que movida por um revés antifeminista, acaba por carregar também o potencial de desestabilizar e incluir no debate público noções antes naturalizadas, como as de feminino e masculino.

Palavras-chave: Gênero; Eleições; Repertórios discursivos; Conservadorismo político.

Abstract: Our article is part of a bigger study that analyzed gender repertoires in the 2018 presidential elections in Brazil, using the texts/proposals available at the website of the Superior Electoral Court (TSE). We focus on the ultraconservative agenda, its paranoid politics and excessive discourse. We concluded that the dispute around the meanings of gender has become central in Brazil, especially in the last elections, and this centrality, although based on an anti-feminist bias, ends up showing a potential to destabilize the public debate and include concepts until then naturalized, such as the concept of feminine and masculine.

Keywords: Gender; Elections; Discursive repertoires; Political conservatism.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Mestra em Sociologia e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: lidiaspes@gmail.com. Orcid: 0000-0003-0480-6725

2 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas, professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: elianego@ufg.br Orcid: 00000002-7915-0591

Introdução e aporte teórico

“O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”

Michel Foucault, *A ordem do discurso*

O acirramento do debate de gênero no Brasil tem se intensificado bastante desde o processo de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, cujo afastamento se deu em uma conjuntura discursiva profundamente sexista. Partindo do amplo potencial da categoria analítica gênero e tendo ciência de como a concepção de gênero afetou os processos políticos no Brasil contemporâneo, a pesquisa da qual este artigo é um recorte teve como objetivo analisar os repertórios discursivos de gênero que se apresentaram nas propostas de governo dos 13 candidatos à presidência do Brasil nas eleições de 2018³. Para este artigo, selecionamos o bloco considerado mais conservador entre as treze propostas oficialmente registradas, formado pelos textos das candidaturas Jair Bolsonaro (PSL), Cabo Daciolo (Patriota) e José Eymael (DC). Tendo em conta as peculiaridades textuais das plataformas políticas e de seus candidatos, podemos concluir que, juntas, essas candidaturas representam a face que mais ameaça as conquistas ainda recentes no âmbito da igualdade de gênero, em sua interface com raça, classe e sexualidade.

Enquanto o texto é individual, o discurso é social, integra uma “formação discursiva”, ou seja, “um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo” (FIORIN, 2012, p. 32). Cada campo político de ideias agrega em torno de si uma semântica discursiva própria, que constrói sentidos particulares a partir de um determinado repertório. Para Spink (2010), repertórios se relacionam a sentidos, sendo que “ao trabalhar com

3 A pesquisa mais ampla – pesquisa qualitativa de base documental e bibliográfica – foi realizada a partir dos textos originais dos planos de governo de cada candidato, cadastrados no site do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, na ocasião de registro oficial de cada candidatura. A partir de leituras transversais e comparadas das propostas de governo, os repertórios foram agrupados e sobre eles foi construída a análise. Foram identificados e classificados três grandes grupos de repertórios de gênero. O artigo aqui apresentado traz a discussão sobre um dos três grupos.

repertórios, estamos trabalhando com a linguagem em uso, e esses usos remetem às consequências sociais” (p. 64).

Ramazanoglu e Holland (2002) sustentam que a perspectiva de gênero oferece uma teoria, uma linguagem e uma política para a compreensão da sociedade, que incluiria reflexões sobre:

Sexualidade e reprodução; diferença sexual, personificação, constituição social de homens, mulheres, intersexuais, outros; masculinidade e feminilidade; idéias, discursos, práticas, subjetividades e relações sociais. Embora o gênero possa ser analisado sob diferentes perspectivas e com diferentes suposições, argumentamos que o conhecimento feminista de gênero deve incluir uma investigação social prática de vidas, experiências, relacionamentos e desigualdades de gênero. Vemos a investigação de semelhanças e diferenças na diversidade de vidas gendradas como um projeto potencialmente radical e emancipatório que o termo ‘gênero’ pode servir. (p. 5)⁴.

Inúmeros outros autores e autoras se dedicaram à tarefa de conceituar “gênero” e o fizeram de diversas maneiras. Gênero como uma categoria analítica útil, que atribui significados às relações de poder na sociedade (SCOTT, 2018); gênero como pedagogia e processo cultural que constrói sujeitos “homens” e “mulheres” a partir de instituições como família, escola, igreja, direito e medicina (LOURO, 2008); gênero como tecnologia social, representação e produto de “discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1987, p. 208); gênero como performance do masculino ou do feminino, aprendida, policiada e repetida diariamente (BUTLER, 2012); ou ainda, gênero como o sistema que define um sujeito essencial e universal (o homem), em oposição a um objeto inessencial e secundário (a mulher, sendo ela o próprio sexo) (BEAUVOIR, 1980) – ainda que Simone de Beauvoir desconhecasse a terminologia “gênero” à época e tenha trabalhado apenas com a categoria sexo.

Aprender seu lugar em um mundo gendrado (*gendered*) envolve adequar-se a técnicas corporais que estilizam os corpos, a um repertório linguístico e simbólico particular, à fala pública ou ao silenciamento e a um lugar na reprodução.

4 “Sexuality and reproduction; sexual difference, embodiment, the social constitution of male, female, intersexual, other; masculinity and femininity; ideas, discourses, practices, subjectivities and social relationships. While gender can be analyzed from differing perspectives and with differing assumptions, we argue that feminist knowledge of gender should include practical social investigation of gendered lives, experiences, relationships and inequalities. We see the investigation of similarities and differences across the diversity of gendered lives as a potentially radical and emancipatory project that the term ‘gender’ can serve” (p. 5).

Katherine Mackinnon (1995) também nos oferece definições que ajudam a pensar a dinâmica do gênero, sobretudo no campo político-institucional. Para a pesquisadora, a diferença sexual está amparada em um sistema de poder – o sistema sexo/gênero – que hierarquiza o mundo social, no qual o masculino se converte em sujeito ativo que conhece e age, ao passo que o feminino é o objeto passivo a ser conhecido e agido sobre, e ainda assim, “o Estado participa na política sexual de domínio masculino aplicando sua epistemologia através da lei (p. 12)⁵. A autora sustenta que o poder do Estado e o poder do direito (da lei) se confundem com o poder masculino.

A hierarquia representada pelo próprio sistema sexo/gênero e sistematizada em leis, práticas e costumes orientados por tal epistemologia masculinista, produziria e reproduziria, então, o “gendramento” dos sujeitos no processo de socialização. Disso decorre a definição de papéis e possibilidades de existência diferentes para homens e mulheres, criando uma perspectiva epistemológica na qual a objetividade, a razão e o universal estão vinculados ao masculino; e a emoção, o particular/específico, a natureza e o corpo (portanto, também o sexo) estão vinculados ao feminino – discussão encontrada também em Susan Okin (1992).

Pensando a partir de tais autoras, é possível concluir que a divisão sexual da política produz, portanto, duas categorias de sujeitos: 1. cidadãos que deliberam (homens); e 2. objetos de regulamentação, sobre os quais se delibera e sobre os quais se aplica a lei masculina (mulheres).

Alinhada a este argumento de que o gênero modula as relações sociais, Joan Scott (1990) convida os historiadores e historiadoras a compreenderem como “a política constrói o gênero e o gênero constrói a política” (p. 89). Scott define gênero a partir de quatro elementos interconectados: os “símbolos culturalmente disponíveis”, os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos”, uma referência às instituições e à organização social a partir de uma aparência de “permanência intemporal na representação binária do gênero” e, por fim, a identidade subjetiva.

A obra de Scott (1990) nos apresenta a tese, muito pertinente para o momento político atual, de que tendências ultraconservadoras com duras consequências para a experiência e autonomia das mulheres aparecem mais fortemente em momentos de crise de modelos políticos societários. A autora afirma:

5 “el Estado participa en la política sexual del dominio masculino, aplicando su epistemología a través de la ley” (p. 12).

A conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não tem sido estudada a fundo. No momento crítico para a hegemonia jacobina, durante a Revolução Francesa, no momento em que Stalin se apoderou do controle da autoridade, na implementação da política nazista na Alemanha ou no triunfo do Ayatolá Komehini no Irã, em todas essas circunstâncias, os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, declarando o aborto ilegal, impedindo o trabalho assalariado das mães, impondo códigos de trajar para as mulheres). (p. 91).

Rebecca Pearse e Raewyn Connell (2015) definem gênero como “a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (p. 48), de forma que as mulheres obtêm menos recursos simbólicos e materiais ao longo da vida. As autoras refletem ainda sobre como fenômenos políticos e econômicos amplos estão associados ao gênero, apontando – assim como Joan Scott (1990) – como muitos momentos históricos de crise e de transição de regimes políticos em diversas sociedades foram acompanhados por retrocessos para as mulheres e para os sujeitos LGBTQI+.

Recorrendo à Irina Novikova, Connell e Pearse (2015) discutem como, por exemplo, após a dissolução da União Soviética, países como a Letônia retornaram a “modelos de gênero surpreendentemente arcaicos” (p. 70) para construir uma nova identidade nacional que permitisse a transição política. Essa nova identidade se definia por uma “masculinidade severa e agressiva” que substituiu a igualdade de gênero no país por um “patriarcado militante” (p. 71). Connell e Pearse apontam como os direitos das mulheres e de outras minorias nunca estão garantidos, sendo os primeiros a serem negociados ou abandonados em contextos de crise. Toda crise representa o tensionamento de uma determinada ordem social aparentemente estável, de forma que discursos de retorno ao tradicional nas relações de gênero e na família podem aparecer, assim, como soluções de retorno a algum tipo de ordem em meio à instabilidade sentida diante de transformações político-sociais rápidas e intensas.

Embora Brasil e Letônia guardem grandes diferenças em relação à formação da nação, à composição étnico-cultural, à consolidação da democracia

e aos níveis de desigualdade social, entre outros fatores, a noção de apelo a um passado idílico no qual haveria uma ordem moral “natural” e uma família patriarcal funcional (que teria sido supostamente corrompida nos últimos anos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – “corrupção” aqui pensada em sentido lato) também emerge no Brasil. O processo ocorreu fortemente a partir das eleições de 2010 e se intensifica com a crise política instaurada com o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, se desenvolvendo como relevante percepção coletiva nas eleições de 2018 – o que parece ter contribuído para a vitória de Jair Messias Bolsonaro.

O sentimento anti-gênero e anti-feminista que parece direcionar o termômetro político no Brasil recente está cercado de discursos sobre o retorno do “macho” ao poder e o retorno da mulher ao seu suposto lugar na casa e na família. Figuras como o presidente eleito e os seus seguidores mais entusiasmados representam na América do Sul a masculinidade agressiva e o patriarcado militante, encontrados no contexto da Letônia de transição ou no contexto atual de países como os Estados Unidos da América, Hungria, Rússia, Polônia e Filipinas, que também possuem governos de extrema-direita, com lideranças masculinas que assumem um discurso abertamente misógino (Donald Trump, Victor Orbán, Vladimir Putin etc.).

Contexto global e local

As tendências nacional-conservadoras assumidas pelas novas direitas em todo o mundo nos últimos anos são anti-republicanas (negam o contrato da democracia representativa liberal), desdemocratizantes e promovem uma hipermoralização da realidade (CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018). Sentimentos e manifestações anti-globalistas, que nos anos 1990 eram protagonizados através de repertórios progressistas de esquerda – protestos em Seattle (EUA), Fórum Social Mundial etc. – e que decorrem da legítima percepção da violência econômica, simbólica e militar promovida contra os mais vulneráveis nas últimas décadas de globalização de capitais e de desmonte da social-democracia, passam agora a ser canalizados pela extrema-direita. O projeto das direitas teria conseguido, com mais eficácia que o das esquerdas, direcionar essas frustrações parcialmente legítimas a partir de um discurso pretensamente antissistêmico, convencendo a população de que o *establishment* que as prejudica e o “inimigo público” a ser combatido não são os especuladores financeiros de *Wall Street* ou os estadistas que aplicam políticas de austeridade a partir dos interesses dos

milionários de Davos, mas sim a política de tolerância multicultural e de diversidade sexual.

Em publicação recente, Arjun Appadurai (2017) interpreta os novos populismos de direita como resposta a um sentimento de “fadiga democrática”, que estaria sendo experimentado por populações duramente afetadas pelos efeitos da globalização financeira, dos choques de austeridade impostos por organismos internacionais e elites nacionais e da redução de proteções sociais. Para Streeck (2017), a lógica do Estado de bem-estar social teria sido progressivamente substituída pela filosofia da austeridade permanente, criando multidões de desempregados, sem acesso à assistência social compensatória. Appadurai (2017) sustenta que esses sujeitos, excluídos das benesses da globalização, desiludidos com o modelo de democracia representativa liberal e com o que ela já não pode mais entregar, utilizariam seu próprio voto para “escapar” da democracia (*vote out of democracy*), levando ao poder lideranças autoritárias e com discurso moral conservador. Repertórios antiglobalistas, majoritarianistas (antiminorias), antisseculares e anticosmopolitas redirecionam as frustrações populares para os direitos e políticas favoráveis a minorias sociais como mulheres, negros, populações originárias, LGBTQI+, muçulmanos e imigrantes, que passam a ser associados discursivamente à corrupção das elites e à corrosão do tecido social.

Voltando à cena brasileira atual, observamos uma radicalização de posturas de purificação cultural e a ascensão do que poderia ser chamado de patriarcado militante. Os avanços nos direitos das mulheres e a disseminação da pauta feminista e LGBTQI+ possivelmente têm sido lidos como ameaça para a masculinidade hegemônica, levando homens a adotarem uma posição defensiva ultraconservadora e ultratradicional para impedir a suposta desintegração de masculinidades tradicionais e dos papéis sociais associados ao gênero. O medo da feminização se traduz, em alguns casos, em violência contra os sujeitos considerados “desviantes”. Para a pesquisadora Kristina Hinz (2018), a crise econômica atravessada pelo Brasil deixou muitos homens desempregados e incapazes de cumprir sua suposta função de provedores de suas famílias, além disso, as crescentes transformações culturais nas relações de gênero têm levado alguns homens a um ressentimento contra perspectivas feministas. A autora relaciona esse fenômeno à grande adesão masculina⁶ à figura de

6 BRAMATTI, D. Apoio a Bolsonaro é maior entre homens, mostra pesquisa. **Uol**, São Paulo, 21 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3iGRNyD>. Acesso em: julho 2020.

Jair Bolsonaro: “Após a passagem do furacão da Primavera Feminista, Jair Bolsonaro representa a última tábua de salvação de um modelo de masculinidade que afundou faz algum tempo. E deixou várias gerações de homens boiando em mar aberto” (n.p.).

Em 6 de novembro de 2017, a participação da filósofa feminista estadunidense Judith Butler em um seminário sobre democracia em São Paulo, atividade acadêmica outrora trivial e de pouco apelo midiático, produziu um intenso debate público, mobilizando grandes ansiedades sociais sobre gênero. Poucos meses antes de sua visita ao Brasil, uma exposição de arte intitulada *Queer Museu*, no Centro Cultural Santander, se tornava o centro de uma celeuma nacional. Desde o final de 2016 e ao longo dos anos de 2017 e 2018, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas em todo o Brasil têm pautado⁷ restrições legais à discussão sobre gênero e sexualidade no currículo escolar. A ação coordenada da bancada religiosa no Congresso Nacional, por sua vez, obteve sucesso em sua tentativa de retirar do novo Plano Nacional de Educação, em 2017, as referências a gênero, diversidade e orientação sexual. Já em 2019, uma HQ disponibilizada na Bienal do Livro do Rio de Janeiro foi censurada pelo prefeito Marcelo Crivella por conter a imagem de um beijo entre dois rapazes. No mesmo mês, o governador de São Paulo, João Dória, ordenou o recolhimento de apostilas do ensino fundamental pela simples presença de um texto científico que explicava os conceitos de identidade de gênero e de orientação sexual.

O que tais eventos recentes no Brasil possuem em comum é uma cosmovisão tradicional, heterossexista e familista sobre as relações de gênero, além de serem todos voltados à conservação de tal ordem hegemônica de gênero a partir da mobilização de afetos políticos que podem ser pensados dentro da matriz conceitual dos “pânicos morais” (WEEKS, 1989). A atual conjuntura de produção de medos contra a teoria de gênero, os feminismos e a pauta de direitos das mulheres e direitos LGBTQI+, sob a pecha de “ideologia de gênero”, se intensificou progressivamente a partir do processo de afastamento da ex-presidenta Dilma, culminando no repertório político de guerras

7 Como exemplo, citamos três casos de legislações locais que foram contestadas e foram a julgamento recentemente no Supremo Tribunal Federal, neste ano de 2020 (ano de revisão deste artigo): lei aprovada no município de Ipatinga-MG, que vetava referência à diversidade de gênero e orientação sexual; lei aprovada no município de Foz do Iguaçu-PR, que vetava qualquer menção a gênero na educação municipal; e lei aprovada no município de Novo Gama-GO, com orientação semelhante às outras duas mencionadas. O STF considerou as três legislações inconstitucionais.

culturais⁸ encontrado nas plataformas eleitorais de Jair Bolsonaro e de outros candidatos alinhados à extrema-direita, o que também se vê na linha de ação implementada pelo ex-deputado após sua posse como presidente.

O pânico moral produzido pela ideia de que haveria, na sociedade, a difusão de uma perigosa “ideologia de gênero”, que levaria ao fim da família e da homossexualidade, oferece combustível ao crescente tom de ultraconservadorismo e de hipervirilidades no discurso de figuras públicas da direita. O funcionamento das redes digitais, movidas pela economia do engajamento e pela radicalização de posições como vetor de comunicação, parece contribuir para esse cenário, sobretudo a partir de notícias falsas (*fake news*). Flávia Biroli (2017) sustenta que a conjuntura conservadora em relação a gênero que se observa no Brasil no período pós-impeachment é parte de uma tendência continental:

Os direitos das mulheres e das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero (representadas pela sigla LGBT), os movimentos e as organizações que atuam nessas frentes, assim como os debates e produção de conhecimentos que suscitam, são um dos alvos preferenciais das investidas reacionárias na crise atual das democracias na América Latina. O combate reacionário à igualdade de gênero é um dos eixos significativos dessas investidas. (BIROLI, 2017, p. 90).

Débora Messenberg (2017) sustenta que os discursos das novas direitas se conformam em campos semânticos que operam através de “ideias-força” regularizadas e repetidas. A “ideologia de gênero” se tornou a ideia-força por excelência quando pensamos – no Brasil – a crítica de setores conservadores em relação a novas formas de pensar identidades, sexualidade, parentalidade, conjugalidade e relações de gênero como um todo. Outras ideias-força que emergem no campo semântico que aqui analisamos, e que foram mapeadas pela autora como parte do repertório do “conservadorismo moral”, são as ideias de “família tradicional”, “fé cristã”, “patriotismo” (frequentemente vinculado também ao militarismo) e “anticomunismo”. Messenberg (2017, p. 637) defende ainda que tais ideias-chave conservadoras podem ser compreendidas

8 Conceito elaborado por James D. Hunter na obra *Cultural Wars*, de 1991, e que tem sido recuperado frequentemente na última década, sobretudo em análises sobre contextos de ascensão das novas direitas. Eduardo Wolf (2019) descreve guerra cultural como “um tipo especial de tensão social e política em determinada sociedade. Como o nome diz, esse conflito ocorre na dimensão da cultura – da produção artística, pensamento e reflexão, no universo dos valores e símbolos. Não é como uma guerra civil, que representa um estágio avançado de deterioração do quadro social e institucional. Tampouco se reduz a um conflito de facções partidárias. Justamente por ser um fenômeno do campo da cultura, podemos perceber sua presença de maneira ampla e difusa na sociedade” (n.p.).

como “forma de resistência às transformações promovidas pela sociedade moderna (expansão dos direitos individuais, secularização e cosmopolitismo)”.

Diante do contexto acima exposto, passamos a tratar da análise do repertório discursivo encontrado nas propostas de governo de Jair Bolsonaro (PSL), Cabo Daciolo (Patriota) e Eymael (Democracia Cristã) no pleito de 2018. Os três candidatos partem dos repertórios da família, da moral, da decência, da ordem e do patriotismo para apontar a esquerda, a teoria de gênero e os feminismos como inimigos da nação. Nessa plataforma discursiva, o gênero como construção social é negado, e encontramos uma visão essencialista, nas quais os conceitos de sagrado, verdade e ideologia são intensamente mobilizados.

Cidadania religiosa e cruzadas anti-gênero

Ao lado de Jair Bolsonaro (PSL), outros dois candidatos à presidência da república apresentaram, em 2018, uma plataforma discursiva que sustentava o essencialismo de gênero: José Maria Eymael (Democracia Cristã) e Cabo Daciolo (Patriota). Daciolo começa sua carreira política no PSOL, ganhando notoriedade por seu protagonismo na greve dos bombeiros cariocas, em 2011, caminhando, então, gradativamente para a direita conservadora, sustentado em um discurso vinculado ao neopentecostalismo. A proposta para um possível governo de Cabo Daciolo (Patriota) conta com 16 páginas e o curioso título *Plano de nação para a colônia brasileira* (DACIOLO, 2018), justificado pela retórica histriônica e conspiratória que o candidato adotou em todas as suas manifestações públicas de campanha.

A proposta de governo da candidatura Eymael (DC) – advogado, empresário, ex-constituente e ex-deputado federal do Rio Grande do Sul, que já se lançou cinco vezes como candidato à presidência da república – contém nove páginas, sob o título *Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil* (EYMAEL, 2018). Já o plano de governo da candidatura Jair Bolsonaro (PSL) – militar da reserva, ex-deputado e atual presidente do Brasil, nascido em São Paulo – possui 81 páginas e leva o título de *O caminho da prosperidade* (BOLSONARO, 2018).

Durante a campanha eleitoral de 2018, Carlos Bolsonaro, um dos filhos do presidente eleito, declarou em uma publicação na rede social Twitter que toda pessoa contrária à candidatura de seu pai só poderia ser

“puta, viado ou bandido”⁹. A frase não poderia ser mais representativa dos sujeitos eleitos como inimigos da nação na semântica discursiva ultraconservadora, politicamente incorreta e espetacularizada do bolsonarismo: quem está contra Bolsonaro, estaria contra os interesses do próprio país. Se nação e família tradicional estiveram sempre conectados na construção patriarcal da ideia de Brasil chegamos, em 2018, ao limite dessa noção, na medida em que LGBTQI+ e mulheres que não vivem de acordo com a moral conservadora hétero-familista passam a ser vistos como não brasileiros, ou mesmo como antibrasileiros.

“Bandidos, putas e viados” são subtipos do velho e conhecido *outsider* social “vagabundos”, podendo encarnar diversos sentidos, explícitos e implícitos, na rede discursiva do senso comum nacional. No Brasil, como nos lembra Rosana Pinheiro-Machado:

‘Vagabundo’ é um significante vazio que pode abarcar muita gente: ambulantes, desempregados, pessoas em situação de rua, pobres, nordestinos, putas, LGBTs, ativistas, bandidos. O que define o vagabundo não é o trabalho, honestidade ou esforço de um sujeito, mas relações de poder estruturadas no eixo raça, classe e ideologia. (2019).

“Bandidos”, “marginais” e “vagabundos”, são signos que compõem o núcleo duro do repertório discursivo do conservadorismo. Eles podem ser os negros e negras periféricos, a travesti precarizada, o indivíduo que ocupa uma terra improdutiva no campo ou um prédio abandonado na cidade para garantir sua sobrevivência, o jovem que não limita suas experiências sensoriais pelo proibicionismo, a mulher que realiza clandestinamente a interrupção de uma gestação indesejada, ou o professor que participa de uma manifestação de rua. Prazer, culpa, ócio, fruição e sacrifício são as categorias morais presentes na oposição entre “cidadão de bem” e “vagabundo”. A retórica da extrema-direita que assumiu o poder no Brasil parte dessa noção de um país dividido entre os patriotas (“cidadãos de bem” que apoiam a visão conservadora em relação a costumes e ultraliberal na economia) e os antipátria (“putas”, “viados”, “bandidos”, “vagabundos”, “feministas” e “esquerdistas”). Como afirma Edson Teles (2018, p. 70):

9 Utilizamos aqui a grafia da palavra com “i” e não “e”, pois assim ela é utilizada popularmente para se referir de forma pejorativa a homossexuais masculinos.

O pano de fundo da militarização na história recente é a ideologia do inimigo interno elaborada na ditadura e potencializada nas últimas décadas. A democracia manteve a concepção de segurança pública como a guerra contra o inimigo, este variando entre ‘bandidos’, militantes de movimentos sociais, jovens negros e pobres, loucos, traficantes, pessoas LGBTI+, indígenas. (2018, p. 70).

Tendo em vista o contexto político-social que propiciou o surgimento do bolsonarismo, o que entendemos aqui desse conceito? A antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2018) define bolsonarismo como uma categoria que teria ultrapassado a própria figura de Jair Bolsonaro, correspondendo a “uma nova roupagem do discurso conservador” no Brasil (p. 2). Em pesquisa realizada em bairros periféricos de Porto Alegre, entre 2013 e 2017, Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco (2018) observaram como jovens rapazes teriam aderido ao bolsonarismo por se sentirem inseguros em relação às expectativas e processos recentes de questionamento das masculinidades hegemônicas, sobretudo com o *boom* feminista dos últimos anos:

Um dos fatores que nos parece decisivo para a formação de uma juventude bolsonarista é justamente essa perda de protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica. Isso fica bastante evidente em nossas rodas de conversa mais descontraídas, quando os meninos recorrentemente chamam muitas meninas de ‘vagabundas’ e ‘maconheiras’. Tal modo pejorativo não é nenhuma novidade na sociabilidade juvenil – a diferença é que agora muitas dessas meninas reivindicam um papel político e público de forma mais contundente. (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018, p. 9).

Em sua obra *Angry white men: American masculinity at the end of an era*, Michael Kimmel (2013) argumenta que o discurso conservador de extrema-direita, tão apelativo ao que chama de “homem branco enraivecido”, passa pela noção de que é preciso restaurar a masculinidade, a branquitude e o próprio país. O slogan de Trump, *Make America great again* (Tornemos a América grande de novo), teve eco também na campanha de Jair Bolsonaro no Brasil, com os dizeres “Queremos um Brasil grande de novo”. Como sustenta Kimmel, a frase de efeito sobre devolver a nação a um suposto passado idílico esconde, na verdade, o significado sublimado (percebido pelo eleitor mais radicalizado) de um retorno a um passado no qual homens, brancos e possuidores (aqueles com patrimônio) não teriam seus privilégios ameaçados ou contestados por mulheres, negros, indígenas e outras minorias.

Para Daniel Welzer-Lang, a masculinidade em seu padrão heterossexista é um “modelo político de gestão de corpos e desejos” (2001, p. 468). O repertório masculinista do bolsonarismo, que parte da constante ativação de pânicos morais e de um discurso do excesso (BARROS, 2016), se ancora em uma política paranoide (KIMMEL, 2013). Michael Kimmel define política paranoide como aquela promovida a partir de dispositivos psicológicos que utilizam narrativas conspiratórias, como a noção de que um certo plano malévolo (até diabólico, no discurso neopentecostal, por exemplo) teria infiltrado o governo e as instituições, tornando necessária uma ação drástica para nos salvar do perigo apocalíptico. No caso da campanha de Jair Bolsonaro no Brasil, é possível ver como o medo e a paranoia são mobilizados utilizando a propagação alarmista de narrativas falsas e exorbitantes, como a ideia de que o PT desejaria ter o poder para infiltrar o comunismo no país, ou como a insistência nos riscos de um suposto e escandaloso “kit gay” sendo distribuído pelo próprio governo nas escolas, para perverter crianças.

A ideia de perversão de menores é uma ferramenta utilizada pela política paranoide de extrema-direita há décadas. Foi um argumento frequente contra a homossexualidade nos anos 1960 e 1970 e, mais recentemente, foi mobilizada nas campanhas nacionais contra o casamento igualitário e a adoção de crianças por casais homoafetivos na França e na Itália. O segmento bolsonarista acusa frequentemente a esquerda (percebida por eles como dominante entre a categoria dos professores) de perverter alunos do ensino básico com discussões supostamente precoces sobre gênero e sexualidade. Mais recentemente, uma série de *fake news* acusando a esquerda de supostamente apoiar a “legalização da pedofilia” tem circulado nas redes digitais. Nota-se, portanto, como a política paranoide precisa criar narrativas cada vez mais grandiosas, mais aberrantes e mais agressivas para se sustentar.

Redes sociais como Facebook, ferramentas como YouTube e aplicativos como WhatsApp, devido ao seu próprio modelo de negócios baseado no número de cliques/acessos, tendem a ampliar justamente os enunciados excessivos/hiperbólicos, bastante característicos dos discursos de extrema-direita. Conforme ressaltam Pinheiro-Machado e Scalco (2018) sobre o papel da internet na adesão ao bolsonarismo: “O que é interessante perceber é que essa ética do apelo à ordem, que parece tão pouco transgressora para uma vivência juvenil, na verdade vem embrulhada em um pacote estético de memes, piadas e uma gramática de internet que consegue atingir os jovens” (p. 10).

Diversas informações extravagantes e infundadas integram a proposta de governo de Jair Bolsonaro. Teorias conspiratórias são apresentadas pelo bolsonarismo como “fatos”, enquanto fatos históricos comprovados (como as torturas e desaparecimentos na ditadura militar brasileira) e produções de conhecimento elaboradas com rigor científico são colocados sob suspeita, acusadas de serem “ideológicas”. A “verdade”, na retórica bolsonarista, deixa de ser construída sobre as bases da confiança nas instituições seculares e na ciência e passa a depender de quem a enuncia. Verdadeiro ou factual é aquilo que é enunciado pelos agentes de confiança, ou seja, por pessoas vinculadas à direita e ao tradicionalismo cristão-familista. Do outro lado, ideologia/falsidade é tudo que é proferido pelos agentes chamados de “esquerdistas” (feministas, LGBTQI+, integrantes de movimentos sociais, parlamentares de partidos de esquerda, social-democratas e até liberais moderados). Nota-se que essa retórica se apropria dos mesmos elementos da crítica pós-colonial e pós-estruturalista da ciência ocidental, mas para atacar parte dos sujeitos subalternos, já excluídos dessa ciência hegemônica. A anticiência parece ser, assim, a epistemologia do bolsonarismo.

Como sustentam Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto (2018), “uma perspectiva profundamente crítica da história nacional” e afeita a “teorias da conspiração” (p. 12) faz parte da linguagem da direita contemporânea. Os autores destacam ainda como esse estilo argumentativo é inspirado nos polemistas norte-americanos de extrema-direita. A influência dos padrões discursivos da *alt-right* estadunidense nas eleições de 2018 no Brasil ficou evidente não só pela presença da Cambridge Analytica e pelas relações de Steve Bannon com a família Bolsonaro, mas pela adoção de repertórios temáticos do *Tea Party* e de slogans típicos de movimentos norte-americanos como o anti-imigração, os supremacistas brancos, os ativistas pelos chamados “*men’s rights*”, ou direitos dos homens, e os apoiadores de Donald Trump.

Entre o sagrado e o profano: três propostas de governo

Regina Facchini e Horacio Sivori (2017, p. 7) destacam que as novas mobilizações políticas de direita acontecem a partir de uma “cidadania religiosa”, que seria a imbricação das figuras do “cidadão” e do “crente” na defesa de uma comunidade moral ameaçada pela “ideologia de gênero”. No caso brasileiro, a cidadania religiosa mobilizada em 2018 mescla a ideia de bom

cristão com a ideia de boa política, de política não corrupta, jurando sob a Bíblia Sagrada – e não mais sob a Constituição – as promessas de campanha.

José Eymael é filiado a um partido cujo nome já indica um projeto de “Democracia Cristã”, ou seja, o próprio vislumbre de uma experiência institucionalizada de cidadania religiosa. Cabo Daciolo ficou conhecido no período eleitoral pela repetição do slogan “Glória a Deus” e o texto de sua proposta de governo defende que o país deve ser reconstruído sobre “bases que honrem a Deus”, encerrando o capítulo de apresentação com os dizeres “Toda honra e toda glória sejam dadas ao nosso senhor Jesus Cristo! Amém” (n.p.). De forma semelhante, Jair Bolsonaro se elegeu com o mote “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, posicionado como cabeçalho em todas as páginas do texto da proposta de governo. A página de abertura da proposta cita um versículo bíblico do livro de João: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (8:32). Como afirmamos, a ideia de verdade, em oposição à “ideologia”, é um recurso muito relevante no discurso maniqueísta do bolsonarismo. Ao longo de todo o texto da proposta do PSL, imagens de mãos que parecem rezar ilustram as páginas. Em alguns casos, são mãos adultas que seguram a pequena mão de uma criança (referência à ideia de família, defendida intensamente pelo candidato); em outros trechos, são mãos que se abrem mostrando as palmas, remetendo às conhecidas imagens sacras das mãos de Cristo.

A íntima fusão entre cidadania e lealdade religiosa (cristã) está bastante presente nos discursos dos candidatos aqui analisados. A própria soberania da nação, enquanto delicado entrelaçamento de poderes que tem por missão a garantia do Estado Democrático de Direito, é rebaixada diante da figura de “Deus”, que estaria “acima de todos”. O trecho “Bem-aventurada é a nação cujo Deus é o senhor” (Salmos 33:12) fecha a proposta de governo da candidatura Cabo Daciolo. O político chegou a propor, durante seu mandato como deputado federal, que se incluísse “uma nação sob Deus” na abertura da Constituição Federal do Brasil, um dos episódios que levou à sua saída do PSOL.

No repertório discursivo da cidadania religiosa a ideia de justiça social, perspectiva sempre almejada pelos eleitores e frequentemente propagandeada pelos candidatos em eleições anteriores, é substituída pela noção de justiça divina. O vocabulário dos direitos é substituído pela ideia de “valores” e de “sagrado” (dentro de uma moral cristã); e a “decência” é evocada, não só como signo de ética na política e responsabilidade com a coisa

pública, mas também em um sentido moral mais amplo, com uma implícita referência a costumes.

O texto vinculado a Cabo Daciolo (2018, n.p.) afirma: “O Brasil não é uma anarquia. É um país de decência e ordem”. O texto da candidatura Jair Bolsonaro (2018, n.p.) se inicia propondo “um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal”. Considerando a importância que o gênero assumiu na campanha, a “anarquia” e a crise “moral” a que se referem os candidatos podem ser lidos aqui como a tolerância à diversidade sexual e o questionamento dos papéis tradicionais de gênero. Imoralidade e indecência aparecem na retórica aqui em questão, associadas tanto a situações de corrupção, quanto à liberdade sexual e modos alternativos de viver as relações de gênero. Podemos afirmar que o signo “corrupção”, que domina o debate público desde 2014, se torna altamente polissêmico, associando-se não só à corrupção estatal (atos ímprobos praticados por agentes públicos), mas também à corrupção moral (entendida como o pecado da fruição do corpo e do desejo de forma não conformada à cis-heterossexualidade monogâmica).

Substituindo a ideia mais ampla de cidadania (do repertório dos direitos humanos individuais e sociais) pela noção de “moral”, em um resgate da retórica militarista¹⁰, conservadora e ufanista do período ditatorial, encontramos nas propostas de governo dos candidatos Eymael e Cabo Daciolo, e em declarações de Jair Bolsonaro, propostas de intervenções no currículo escolar do ensino básico a partir da defesa de tal moral e do civismo. No tópico sobre educação, a proposta Eymael (2018) de governo propõe “introduzir, no ensino fundamental, a disciplina Educação Moral e Cívica” (p. 4), curso imposto nos anos de chumbo e que substituiu, naquele período, disciplinas mais críticas como Sociologia e Filosofia. A noção de uma necessidade de moralização da sociedade, começando pelas crianças no espaço escolar, onde elas estariam sujeitas – desde a gestão petista – a uma suposta perversão sistemática a partir do “gramscismo”, da “ideologia de gênero” e do “marxismo cultural” (proposta de governo de Jair Bolsonaro), é bastante presente. O termo “bolchevismo cultural” emerge discursivamente na Alemanha nazista e, de acordo com Carapanã (2018), ressurge mais recentemente a partir do seguinte contexto:

10 O militarismo no contexto do bolsonarismo assume uma identificação particular com as forças de segurança pública locais (polícias militares). A doutrina de segurança nacional e uma política de “lei e ordem”, herança da ditadura civil-militar no Brasil, se perpetuam na filosofia e na ação das polícias militares estaduais, associada também ao punitivismo penal.

Quem trouxe a narrativa do marxismo cultural de volta ao *mainstream* político foram dois ideólogos conservadores norte-americanos: Pat Buchanan e William S. Lind. Ambos fizeram parte de um esforço para criar um “conservadorismo cultural” como estratégia eleitoral. Com o iminente fim da Guerra Fria era necessário criar uma estratégia eleitoral que estivesse afastada do debate econômico, já que o liberalismo se tornara consenso na direita e na esquerda anglo-saxãs. Lind achava que era mais importante que os conservadores abraçassem uma polícia mais centrada em valores culturais (educação, família, moralidade). A ideia de um “marxismo cultural” criava um adversário comunista praticamente onipresente: na educação pública, na mídia, nos ativistas dos direitos civis, na indústria do entretenimento, etc. (p. 39).

O texto da candidatura Jair Bolsonaro propõe: “Mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce” (2018, n.p.). Dentro dessa retórica, o campo das ciências humanas como um todo se torna uma grande “perversão”. Estudar e ensinar humanidades passa a ser, em si, uma indecência, uma corrupção. Frequentemente a categoria gênero tem sido associada diretamente à noção de erotização de crianças e adolescentes, em um claro exemplo de discurso do excesso e política paranoide – como discutido anteriormente. A acusação de que a esquerda promoveria nas escolas e universidades uma “doutrinação ideológica” acompanha cotidianamente o discurso bolsonarista. Sobre o papel importante das escolas e da educação no repertório discursivo da extrema-direita, Chaloub, Lima e Perlatto (2018) afirmam:

A linguagem neoconservadora defende uma radical separação entre o Estado e a formação dos valores, mesmo os fundamentos para uma ordem republicana. Rompem-se os vínculos entre educação e cidadania, que remetem ao Rousseau do Emílio. Em tal discurso, a educação perde qualquer função de formação de cidadãos e construção de grandes debates públicos e passa a ser vista como transmissão de uma série de técnicas, como é a intenção de propostas como o “Escola sem Partido”, fortemente abraçado pela bancada evangélica no congresso, hoje um dos protagonistas da linguagem neoconservadora. Em chave antirepublicana, o neoconservadorismo recusa a noção de esfera pública e reserva suas reflexões ao terreno exclusivo da religião e da família. (p. 11).

Aqui, com o gênero ocupando o lugar do profano e o sagrado é frequentemente lembrado e associado principalmente à ideia de família (tradicional) e de reprodução heterossexual. A proposta de governo de Cabo Daciolo (Patriota), em um parágrafo sobre a família, afirma que sujeitos

“sorrateiros” querem “destruir o que há de mais sagrado na sociedade, simplesmente para dominar e oprimir” e conclui afirmando que isso seria a “desmoralização da pátria” (DACIOLO, 2018, n.p.) – a ideia de dominação e opressão por meio da “ideologia” de esquerda ou de gênero que aparece aqui é bastante semelhante ao discurso de “submissão ideológica” e de Brasil escravizado pela “ideologia” que encontramos em Jair Bolsonaro. Para o ex-bombeiro, o Estado deve “oferecer à sociedade brasileira condições para que a família se mantenha nos padrões para os quais foi por Deus estabelecida” (n.p.). Condenando a descriminalização do aborto, a proposta de Jair Bolsonaro (2018) traz como um de seus subtítulos o slogan “O fruto da vida é sagrado” e afirma também que a família “é sagrada e o Estado não deve interferir em nossas vidas” (n. p.), o que pode ser lido, a partir do que conhecemos e analisamos de seu repertório, como argumento contra o debate de gênero nas escolas e a favor de que apenas as famílias discutam esses temas com seus filhos, por considerá-los assuntos de “educação moral”, algo que nessa retórica estaria separado do resto da educação formal.

Ideologia de gênero: a nova gramática conservadora

O sintagma “ideologia de gênero” foi lido ou escutado pelos brasileiros incessantemente nos últimos anos, sobretudo na campanha eleitoral de 2018. Ao longo da apresentação, a proposta de governo de Cabo Daciolo (2018) afirma enfaticamente:

Não é possível conceber que a família em seus moldes naturais seja destruída, que a ideologia de gênero e a tese da legalização do aborto sejam disseminadas em nossa sociedade como algo normal; que até mesmo a pedofilia seja estimulada. (n.p.).

Jair Bolsonaro também é um entusiasta do termo e o utiliza sempre na associação com a ideia de “doutrinação” e de um suposto aparelhamento ideológico das escolas, chamando gênero, em sua proposta de governo, de “ideologia perversa”. Eleito, fez menções à “ideologia de gênero” tanto na cerimônia de posse quanto em outras declarações posteriores. No discurso de posse¹¹ prometeu “unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores”. Em fala para apoiadores no parlatório do Palácio do

11 Bolsonaro diz que missão é livrar país da corrupção e submissão ideológica. **Uol**, São Paulo, 1 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Y2SkBp>.

Planalto, no mesmo dia, o presidente declarou que “Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerces da nossa sociedade.”, em referência implícita à noção de “ideologia de gênero”. A crítica ao “politicamente correto” enquanto tentativa de fazer a sociedade aceitar a igualdade de gênero e a igualdade racial também aparece na proposta de governo de Jair Bolsonaro e em seu discurso de posse. Mais recentemente, em viagem ao Piauí em agosto de 2019, o presidente afirmou que “a ideologia de gênero é coisa do capeta”.

A expressão “ideologia de gênero” no discurso neoconservador se apropria de uma determinada perspectiva sociológica que opõe ciência e ideologia, invertendo esses lugares construídos tradicionalmente pelas ciências humanas (em que a religião é considerada ideológica e a produção de conhecimento acadêmica é considerada como verdade), acusando a ciência do gênero (teorias de gênero, teoria *queer*, teoria social feminista) de serem a verdadeira ideologia. Os advogados da perspectiva da “ideologia de gênero” usam assim, de forma bastante astuta, as próprias armas teórico-conceituais da academia para atacar a crença no conhecimento científico e em sua “verdade” potencial. Como argumentam Mónica Cornejo-Valle e José Ignacio Pichardo (2017):

Orwellianamente, este juego de distorsión semántica intenta menoscabar las connotaciones positivas del término género (asociadas a la igualdad entre hombres y mujeres como valor) al tiempo que impone nuevas connotaciones negativas: asociándolo al concepto de ‘ideología’ que equiparan a ‘falsedad’ (frente a su discurso ‘verdadero’ e identificando el término ‘género’ hacia lo que la Iglesia Católica llama ‘una cultura de la muerte’. (p. 6).

Remetendo-nos a Michel Foucault (1996), o que observamos, portanto, no debate sobre gênero no Brasil recente – que se reflete nas propostas de governo aqui analisados – são não só disputas pela hegemonia de uma determinada definição de gênero (disputa entre regimes de verdade sobre gênero), mas uma disputa em torno do próprio significado de “verdade”, de “ciência” e, portanto, de currículo, aquilo que se apresenta como consenso societário na educação de novos sujeitos em uma sociedade. Ironicamente, assim como em Althusser (1980), esses agentes anti-marxistas e antigênero também acreditam na escola como um aparelho ideológico de Estado, em que estaria o epicentro da construção social de

quais conhecimentos prevalecerão como verdades em uma sociedade. Para eles, a esquerda enquanto Estado teria imposto aos jovens em idade escolar uma ideologia, e não a verdade de gênero (que para eles é o essencialismo, o sexo como verdade ontológica, a heterossexualidade compulsória, a complementaridade sexual como projeto divino e a família tradicional como modelo social ideal). Paradoxalmente, ao defender essa perspectiva, terminam por se alinhar também a um certo construcionismo, pois admitem que as verdades não se impõem naturalmente aos indivíduos – como revelações divinas – mas precisam ser ensinadas, construídas, reproduzidas através da socialização dos humanos em espaços como a escola, a mídia etc.

Observamos, em 2014, no Brasil esse debate se intensificar sobre as deliberações do Plano Nacional de Educação (PNE) nas discussões sobre o novo currículo do ensino médio em 2017 e, de forma geral, com as acusações de suposta “doutrinação ideológica” nas escolas nos últimos três anos. Desde 2015, as câmaras municipais e assembleias legislativas têm se tornado verdadeiros campos de guerra, com acaloradas audiências públicas e aprovação de projetos de lei que censuram as pautas de gênero e sexualidade nas escolas. O movimento chamado “Escola Sem Partido” obteve algum sucesso aprovando legislação favorável a seus interesses em diversos entes da federação, mesmo que algumas tenham sido já ou venham a ser contestadas no Supremo Tribunal Federal. A negação violenta do gênero é muito importante no contexto de disputas discursivas que aqui encontramos, pois, como afirma Vladimir Safatle, “a negatividade sempre foi uma astúcia daqueles que compreendem que a liberdade passa pela capacidade de destituir o Outro da força da enunciação dos regimes de visibilidade possíveis” (2017, p. 105).

A estratégia e o efeito da narrativa da “ideologia de gênero” é a de produção de um pânico moral. Os pânicos morais, como ferramentas de controle e de mobilização política, são definidos por Carla Machado (2004), sustentada na conceitualização clássica de Stanley Cohen (1972), enquanto contextos em que “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, a sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotípica pelos *mass media*” (p. 61). A autora aponta que o pânico moral é frequentemente uma resposta a uma crise de hegemonia. Os discursos conservadores sobre gênero passam por um acirramento justamente por se perceberem em risco diante da força e do impacto que as teorias de gênero e os feminismos

têm tido na sociedade brasileira nos últimos anos, definindo novas identidades, expectativas e possibilidades de existência.

A retórica familista, conservadora, anti-gênero, privatista, punitivista, militarista e ufanista que observamos nas propostas de governo discutidas neste capítulo, saiu vitoriosa das urnas em outubro de 2018. A eleição de Jair Bolsonaro e de diversos parlamentares e governadores vinculados aos percursos discursivos de extrema-direita que aqui analisamos parece representar, inicialmente, um ataque quase fatal à categoria analítica gênero e à luta pela igualdade de gênero no Brasil. Contudo, como apontam Bracke e Paternotte (2018), ironicamente, *“las movilizaciones le dan más realidad al género como concepto, lo hacen más sólido, dado que esta oposición al género reafirma su existencia y relevancia”* (p. 11). A política de negação do gênero o coloca a todo momento em evidência, afirmando sua importância e nos fazendo refletir coletivamente sobre o que parecia natureza pressuposta e inconteste.

Considerações finais

Um olhar sociológico e situado na crítica feminista sobre as propostas de governo do pleito de 2018 constatou que gênero foi categoria central naquelas eleições. Mesmo para negá-la, foi preciso recorrer a essa importante categoria de análise social. Há, em curso, uma disputa discursiva em torno dos significados de gênero, das possibilidades de existência a partir do gênero e da educação para a igualdade de gênero. A onipresença do debate de gênero nas últimas eleições, ainda que a categoria tenha sofrido inúmeros ataques, tem o potencial de desmanchar no ar certezas coletivas aparentemente sólidas. O fato de essas relações, antes consideradas naturais, estarem sendo colocadas em questão de forma tão vigorosa que precisam ser a todo tempo negadas com tamanha intensidade já nos mostra que foram e continuam a ser produzidas instabilidades que abrem rachaduras difíceis de serem reparadas para sempre pelo neoconservadorismo. A relevância da categoria gênero já não pode ser negada.

Referências

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1980.

APPADURAI, A. Democracy Fatigue. In: GEISELBERGER, H. (ed.). **The great regression**. Cambridge: Polity, 2017. p. 2-12.

BARROS, D. L. P. de. Estudos discursivos da intolerância: o ator da enunciação excessivo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, n. 1, p. 7-24, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, F. Sobre lutas, avanços e reações: feminismos e a reorganização das esquerdas. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (org.). **Encruzilhadas da democracia**. Porto Alegre: Zouk, 2017. p. 89-116.

BOLSONARO, J. M. **O caminho da prosperidade**. Brasília, DF: Partido Social Liberal, 2018.

BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. Desentrañando el pecado del género. In: BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. **¡Habemus género!** La Iglesia Católica y Ideología de Género. Rio de Janeiro: Género & Política en América Latina, 2018. p. 8-25.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

CARAPANÃ, A. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGOS, E. S. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 33-40.

CHALOUB, J.; LIMA, P.; PERLATTO, F. Direitas no Brasil contemporâneo. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 9-21, 2018.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Versos, 2015.

CORNEJO-VALLE, M.; PICHARDO, J. I. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos: el escenario español. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175009, 2017.

DACIOLO, C. **Plano de nação para a colônia brasileira**. Brasília, DF: Patriota, 2018.

EYMAEL, J. M. **Diretrizes gerais de governo para construir um novo e melhor Brasil**. São Paulo: Democracia Cristã, 2018.

FACCHINI, R.; SIVORI, H. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 50, e175000, 2017.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HINZ, K. Jair Bolsonaro: o messias dos machos sem causa. **Medium**, 18 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39WEfv6>. Acesso em: 1 dez. 2018.

JUDITH Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3pdnKRG>. Acesso em: 15 nov. 2018.

KIMMEL, M. **Angry white men**: American masculinity at the end of an era. New York: Nation Books, 2013.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. In: LAURETIS, T. de. **Technologies of gender**: essays on theory, film, and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 1-30.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MACHADO, C. Pânico Moral: para uma revisão do conceito. **Interacções**, Coimbra, n. 7, p. 60-80, 2004.

MACKINNON, C. A. **Hacia una teoría feminista del Estado**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1995.

MESSENBURG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 621-648, 2017.

OKIN, S. M. **Women in western political thought**. Princeton: Princeton University Press, 1992.

PINHEIRO-MACHADO, R. No Brasil de Bolsonaro, as definições de vagabundo foram atualizadas. **The Intercept Brasil**, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2LNlBHL>. Acesso em: 14 fev. 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, v. 16, n. 278, 2018.

RAMAZANOGLU, C.; HOLLAND, J. **Feminist methodology**: challenges and choices. New York: Sage Publications, 2002.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990.

SCOTT, J. W. El género y el Vaticano. In: BRACKE, S.; PATERNOTTE, D. **Habemus gênero!** La Iglesia Católica y Ideología de Género. Rio de Janeiro: Género & Política en América Latina, 2018. p. 81-83.

SPINK, M. J. Dúvidas e questões dos participantes do curso. In: SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 60-67.

STREECK W. The return of the repressed as the beginning of the end of neoliberal capitalism. In: GEISELBERGER, H. (ed.). **The great regression**. Cambridge: Polity, 2017, p. 157-172.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In: SOLANO, E. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 65-72.

WEEKS, J. **Sex, politics and society**: the regulation of sexuality since 1800 (themes in British social history). Bainbridge: Trans-Atlantic Publications, 1989.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

Recebido em novembro de 2019.

Aprovado em setembro de 2020.